



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 22ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE**

**Processo:** 00486395120198172001

**MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JANICLAUDIO CAETANO DE OLIVEIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

A parte autora alega ter adquirido lesões decorrentes do acidente aludido no punho esquerdo, todavia, em sede administrativa não foi apurada a presença de qualquer sequela, conforme demonstrado abaixo:

## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

Número: 3190162234 Cidade: Camocim de São Félix Natureza: Invalidez Permanente  
Vítima: JANICLAUDIO CAETANO DE OLIVEIRA Data do acidente: 29/08/2018 Seguradora: AMERICAN LIFE  
COMPANHIA DE SEGUROS

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 25/02/2019

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: FRATURA DISTAL DO RÁDIO DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Conduta mantida:

Quantificação das  
sequelas:

Documentos  
complementares:

Observações: NOS DOCUMENTOS MÉDICOS ACOSTADOS NÃO SE EVIDENCIA PRESENÇA DE SEQUELAS PERMANENTES QUE NÃO SEJAM SUSCETÍVEIS DE AMENIZAÇÃO PROPORCIONADA POR QUALQUER MEDIDA TERAPÊUTICA.


### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00


Após o deferimento de exame pericial médico, o ilustre expert apurou a presença de lesão no punho esquerdo em grau médio (50%).

Assim a ré impugna o ilustre laudo quanto à presença de sequelas no punho esquerdo, tendo em vista que, anteriormente, em sede administrativa, foi apurada a ausência de sequelas no segmento.


Ademais, conforme demonstrado pela própria ré, nos documentos de atendimento médico resta comprovada a ausência de sequelas tendo em vista que o autor **SOFREU APENAS UM EDEMA NO PUNHO ESQUERDO SENDO TAL LESÃO TRATADA COM O USO DE TALA:**



Governo do Estado de Pernambuco  
Secretaria de Saúde



UPA 24h  
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO



GOV. DO ESTADO  
IMIP  
HOSPITALAR

---

### GUIA DE TRANSFERÊNCIA / ENCAMINHAMENTO

**Paciente:** JANICLAUDIO CAETANO DE OLIVEIRA **Atendimento:** 01149727  
**Data Nascimento:** 01/06/1988 **Idade:** 30 Anos, 2 Meses e 28 Dias **Prontuário:** 00456230  
**Sexo:** Masculino

---

**História Atual:**  
 queda de moto, com dor em punho

---

**Exame Físico:**  
 dor + edema + limitação de adm

---

**Exames Complementares/Resultados:**  
 rx

---

**Hipóteses Diagnósticas:**  
 fratura de radio distal

---

**Conduta:**  
 tala + medicado + orineto + ao hra

---

**SENHA:** \_\_\_\_\_ **COM ACOMPANHAMENTO MÉDICO:** ☐ SIM ☒ NÃO

---


**Transferido / Encaminhado para:**  
 43 -TRANSF. P/ HOSPITAL REGIONAL DO AGRESTE

---

**Motivo:**  
 acima

---

**Data:** 29 DE AGOSTO DE 2018  
**Hora:** 15:04

  
 Ass. e CRM do Médico  
**Dr(s): JACKSON JOSE FLORENCIO JUNIOR**  
 CRM - 18573

05.802.494/0001-41  
 TRACÃO CORRETORA  
 DE SEGUROS LTDA  
 21 FEV 2019  
 Rua da Aurora, Nº 175, SL 902 BL. C  
 Boa Vista - CEP: 50.060-010  
 RECIFE-PE

Desta forma, os documentos médicos apresentados nos autos comprovam a AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE do autor.

Ora, Exa., não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agregar lesão à parte autora, haja vista que, conforme avaliado administrativamente, o punho esquerdo não possuía sequelas permanentes.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de invalidez permanente, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 14 de janeiro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**